



Conselho Nacional de  
Educação

### **Relato da 100ª Reunião do Plenário**

**No dia 15 de Julho de 2009, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima Reunião Plenária, tendo sido adoptada a seguinte ordem de trabalhos: 1- Aprovação do Relato da 99ª Sessão Plenária; 2- Informações; 3- Apreciação e votação do Projecto de Parecer sobre “Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015)”, elaborado pelos conselheiros relatores Maria Emília Brederode Santos, Nuno Venade e Paula Santos; 4- Criação de um Grupo de Trabalho para a revisão do Regimento do Conselho.**

A Presidente deu início à reunião cumprimentando os conselheiros empossados Luís Fagundes Duarte (GP do PS) e José Luís Presa (ANESPO), cujos mandatos foram renovados. De seguida, pôs à consideração o relato da 99ª Sessão Plenária que foi aprovado por unanimidade.

Relativamente ao **ponto 2 da OT – Informações**, a Presidente informou ter sido recebida em audiência por Sua Excelência o Presidente da República, o qual mostrou grande interesse pelo papel desempenhado e actividade desenvolvida pelo CNE. Foi também recebida pela Senhora Ministra da Educação e pelo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a quem solicitou a colaboração dos serviços na disponibilização de dados para a elaboração, no futuro, de um relatório sobre “O Estado da Educação”. Deu conta da realização das III Jornadas “Cá fora também se aprende”, agradeceu os contributos da 4ª Comissão na abordagem de temáticas relacionadas com a educação ao longo da vida e informou estarem em curso contactos com o Gabinete para os Meios de Comunicação Social e com a Universidade do Minho para aprofundamento da área da educação para os media. Relativamente ao acompanhamento do processo de avaliação externa das escolas e no âmbito das atribuições do CNE, a Presidente informou ter nomeado os conselheiros relatores que irão preparar o projecto de Parecer sobre o relatório da IGE relativo ao ano lectivo de 2007-2008. Finalmente, referiu estar em curso, a nível interno, a preparação de metodologia para a elaboração de um documento de balanço sobre o Estado da Educação, à semelhança do realizado noutros países, a ser produzido pelo Conselho.

Passando ao **ponto 3 da OT – Apreciação e votação do projecto de Parecer sobre a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015)**, a Presidente deu a palavra aos conselheiros relatores para a sua apresentação, os quais referiram o interesse do CNE ser chamado a pronunciar-se sobre um documento emanado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e referiram as linhas gerais que orientaram a elaboração do projecto de Parecer. Aberta a discussão, intervieram os conselheiros Teresa Pinto, Paulo Sucena, Maria do Rosário Barros, Cecília Honório, Antero Resende, Adriano Moreira, António Cachapuz, Jorge Serrote, Albino Almeida, Joaquim Azevedo, Maria Calado e José Barata-Moura.



## Conselho Nacional de Educação

Os conselheiros pronunciaram-se de forma globalmente positiva quanto ao teor do projecto de Parecer elaborado pelos conselheiros relatores e questionaram diversos aspectos da proposta de Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), referindo, nomeadamente, o seu carácter excessivamente conceptual e pouco operativo. A conselheira Teresa Pinto sugeriu uma alteração de redacção no final do ponto 2 das recomendações e lembrou já estar contemplada a “educação para a sustentabilidade” na listagem de temas a serem tratados nas ACND. O conselheiro Paulo Sucena, referindo a ausência de um plano de acção que concretize a estratégia proposta, lembrou que não basta interpretar o mundo, mas ser necessário transformá-lo. A conselheira Maria do Rosário Barros alertou para o facto de as ACND se restringirem ao ensino básico, pelo que a temática da Educação para o Desenvolvimento só poderá ser abordada no ensino secundário na área de projecto (12º ano) dos cursos científico-humanísticos ou na área de integração dos cursos profissionais. Para a conselheira Cecília Honório, importa proceder à revisão da estrutura curricular, em particular dos objectivos que devem orientar as ACND, de modo a contemplar as diversas vertentes da globalização, ponto de vista igualmente partilhado pelo conselheiro Antero Resende que defendeu a existência nas escolas de *ateliers* e clubes onde estas problemáticas possam ser aprofundadas.

O conselheiro Adriano Moreira referiu que no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a participação de Portugal no “Sul global” e na chamada “desterritorialização da cidadania” tem um espaço próprio ao nível da CPLP, onde a educação e as redes universitárias desempenham um papel importante, no respeito pela preservação das identidades multiculturais, e lembrou que a actual designação adoptada pela ONU é “Educação para o Desenvolvimento Humano Sustentável”. O conselheiro António Cachapuz suscitou a questão de saber em que termos será feita a avaliação da Educação para o Desenvolvimento e lembrou as experiências de ED existentes nos domínios da investigação e da formação de professores, designadamente as desenvolvidas no Centro de Educação e Desenvolvimento criado pela Profª Teresa Ambrósio. Na opinião dos conselheiros Jorge Serrote e Albino Almeida a formação de cidadãos com consciência cívica forte deve ser uma prioridade de toda a Educação, assumindo a ED um papel importante. Para o conselheiro Joaquim Azevedo, a perspectiva de subordinar a ED à transformação social, como se enuncia na definição apresentada, suscita muitas dúvidas, uma vez que a educação visa, em primeiro lugar, a pessoa e o seu desenvolvimento para a participação social. A conselheira Maria Calado lamentou o facto do documento ENED não referir outros programas das Nações Unidas, como seja o programa do Património Universal Intangível da UNESCO, e a ausência de referências ao conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida. Na perspectiva do conselheiro José Barata-Moura, a educação e a cultura são processos de transformação social que influenciam directamente o actual conceito de desenvolvimento, que se centra na ideia de “equilíbrio das desigualdades”, numa valorização da diversidade e da unidade do género humano.

Os conselheiros relatores acolheram globalmente as sugestões apresentadas, as quais serão contempladas na redacção revista do texto em apreciação. De seguida, a Presidente colocou à votação o projecto de Parecer, o qual foi aprovado por unanimidade.



Conselho Nacional de  
Educação

Passando ao **ponto 4 da OT – criação de um grupo de trabalho para a revisão do Regimento do Conselho**, a Presidente referiu a necessidade de promover a reflexão sobre a melhoria do funcionamento interno do CNE e solicitou a colaboração de todos os conselheiros nesse processo. Os conselheiros presentes referiram a dificuldade de dar a conhecer no exterior o trabalho de reflexão e as actividades desenvolvidas pelo CNE, tendo o conselheiro Ilídio do Amaral referido que, como “decano” do Conselho, há muito vem defendendo a publicação de um boletim para divulgação das actividades deste órgão. A Presidente acolheu as sugestões apresentadas e deu por encerrados os trabalhos desta reunião plenária.